



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXI — Nº 146

SABADO, 6 DE NOVEMBRO DE 1976

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 203.^a SESSÃO, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

N.º 458/76, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei da Câmara n.º 57/76, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei n.º 6.368, de 21 de outubro de 1976).

1.2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado n.º 203/76, que dispõe sobre a concessão do salário-família aos trabalhadores autônomos, pelo Sistema Geral da Previdência Social.

— Projeto de Lei do Senado n.º 235/76, que altera a Lei n.º 6.182, de 11 de dezembro de 1974, e dá outras providências. (Redação do vencido, para o segundo turno regimental).

1.2.3 — Discurso do Expediente

SENADOR OTTO LEHMANN — Cinquentenário da criação do Banco do Estado de São Paulo — BANESPA.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento n.º 524/76, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Azeredo da Silveira, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 5 de outubro. Votação adiada por falta de quorum.

— Requerimento n.º 531/76, do Sr. Senador Otair Becker, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal do discurso pronunciado pelo Engenheiro Telmo Thompson Flores por ocasião da visita do Senhor Presidente da República ao Estado de Santa Catarina. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado n.º 8/76, do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura direitos dos empregados no caso da falência ou concordata da empresa. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado n.º 92/75, do Sr. Senador José Esteves, que dispõe sobre a transferência da sede da Superintendência da Borracha para a cidade de Manaus. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado n.º 125/76, do Sr. Senador Osires Teixeira, que autoriza os Governos Estaduais a implantar agências de banco oficial ou caixa econômica estadual, nos termos que especifica. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) Votação adiada por falta de quorum.

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE

— N.º 16, de 1976.

3 — SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

— Relatório correspondente ao mês de outubro de 1976.

4 — ATAS DE COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 203.^a SESSÃO, EM 5 DE NOVEMBRO DE 19762.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHAES PINTO

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

José Esteves — José Lindoso — Alexandre Costa — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Augusto Franco — Ruy Santos — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Otto Lehmann.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.^o-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

N.º 458/76, de 4 do corrente, encaminhando autógrafa do Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1976, que "dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências". (Projeto que se transformou na Lei n.º 6.368, de 21 de outubro de 1976.)

PARECERES

PARECER N.º 908, de 1976

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 203, de 1976, que "dispõe sobre a concessão do salário-família aos trabalhadores autônomos, pelo sistema Geral da Previdência Social".

Relator: Senador Otto Lehmann.

De autoria do ilustre Senador Vasconcelos Torres o projeto sob exame inclui os autônomos no Sistema Geral da Previdência Social, como beneficiários da concessão do salário-família, nos termos da Lei número 5.890, de 8 de junho de 1973 (art. 4.^o, letra c), e segundo os critérios fixados na Lei n.º 4.266, de 3 de outubro de 1963.

Diz a proposição, no seu artigo 4.^o, "verbis":

"As despesas decorrentes desta lei já estão incorporadas ao atual Plano de Custeio do Sistema Geral da Previdência Social, a cargo do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS)."

Tratando-se de matéria incluída no âmbito do Direito do Trabalho, cabe a esta Comissão, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se também sobre o mérito.

Na Justificação, sustenta o Autor que alguns autônomos já recebem esse benefício, porque pertencem a sindicatos que fazem as vezes do empregador. Tais seriam os casos dos estivadores, conferentes e grupos similares, "cuja legislação especial lhes assegura a percepção do mencionado benefício".

Tal permissão deflui do permissivo no art. 1.^o do Decreto n.º 68.451, de 31 de março de 1971, que admite

o credenciamento dos sindicatos de classe de trabalhadores avulsos "para o recebimento das contribuições e pagamentos das quotas de salário-família, de acordo com a conveniência e o interesse do serviço".

No mérito, assinala a Justificação:

"Ora, se o salário-família é um benefício previdenciário e se os segurados autônomos são filiados, obrigatoriamente, ao Sistema Geral da Previdência Social, não há como se lhes negar esse indispensável benefício, a não ser que se queira retirar desses laboriosos trabalhadores direito líquido e certo, quando mais não seja, pelo menos, em razão da sistemática adotada a partir da Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973, que os considerou como segurados obrigatórios."

Consideramos ponderáveis as razões apresentadas e não trepidamos em dar apoio à intenção do projeto. Mas a nossa concordância no mérito não implica em aceitar a sua constitucionalidade, que não nos parece convalidada pelo artigo 4.^o da Proposição, nem pelo deferimento ao executivo, no artigo 5.^o, da respectiva regulamentação.

Diz o parágrafo único do artigo 165 da Constituição, "verbis":

"Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total."

A interpretação, mesmo literal, desse dispositivo, leva à conclusão de que a lei que estenda benefício na Previdência Social terá que criar os recursos disponíveis para o seu custeio total.

Ora, o artigo 4.^o do projeto manda que tais recursos sejam retirados do atual Plano de Custeio do Sistema Geral de Previdência Social, que os tem, necessariamente, comprometidos com as obrigações de sua incumbência. Não se trata, portanto, de indicação de uma "fonte de custeio total".

Finalmente, reconhecendo que o projeto obedece aos moldes da técnica legislativa e, no mérito, aceitável sua justificação, somos, todavia, pela sua inconstitucionalidade.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1976. — Accioly Filho, Presidente — Otto Lehmann, Relator — Helvidio Nunes — Henrique de La Rocque — Dirceu Cardoso — Heitor Dias — Itálio Coelho.

PARECER N.º 909, DE 1976

Comissão de Redação

Redação do vencido, para o 2.^o turno regimental, do Projeto de Lei do Senado n.º 235, de 1976.

Relator: Senador José Lindoso.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado n.º 235, de 1976, que altera a Lei n.º 6.182, de 11 de dezembro de 1974, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 1976. — Danton Jobim, Presidente — José Lindoso, Relator — Otto Lehmann.

ANEXO AO PARECER N.º 909, DE 1976

Redação do vencido, para o 2.º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado n.º 235, de 1976, que altera a Lei n.º 6.182, de 11 de dezembro de 1974, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os Auxiliares de Ensino, contratados mediante seleção pública, realizada anteriormente à Lei n.º 6.182, de 11 de dezembro de 1974, manter-se-ão em suas funções, mesmo após o decurso do prazo máximo legalmente estipulado no item I do art. 14 do referido Diploma, até que a respectiva Universidade crie Curso de Mestrado na área de conhecimento a que se vincule o docente ou em área afim, a juízo do seu Departamento.

§ 1.º Aberta a inscrição ao Curso de Mestrado, referido no "caput" deste artigo, nele serão inscritos, compulsoriamente, os Auxiliares de Ensino beneficiados pela presente lei.

§ 2.º O disposto neste artigo não veda ao Auxiliar de Ensino a realização de mestrado fora de sua Universidade, desde que, para tanto, esta disponha de recursos.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Otto Lehmann.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP. Pronuncia-se o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O dia de ontem assinalou o transcurso de um acontecimento da mais alta significação para o povo paulista — e, por que não dizer? — para toda a comunidade brasileira. É que se comemorou o cinquentenário da criação do Banco do Estado de São Paulo, instituição que, pelos relevantes e notórios serviços prestados à Nação, dispensaria, a rigor, maiores comentários sobre sua extraordinária atividade em prol de nossa Pátria.

Seja-nos, entanto, permitido, em largos traços, dizer alguma coisa relativamente ao seu passado e ainda sobre o que se está programando e desenvolvendo em termos de realizações fecundas e objetivas.

Em verdade, se atentarmos para a verdadeira data em que essa notável instituição começou a operar, ou seja, em 1909, verificaremos que o cinquentenário já está ultrapassado em 17 anos. A explicação para essa aparente contradição é, de fato, muito simples, pois encontrada na circunstância de, em 1926, ter-se operado a sua primeira grande reestruturação, inclusive mediante a alteração da denominação original de Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, para tão-somente, Banco do Estado de São Paulo, sem que tal modificação importasse em qualquer modalidade de sucessão ou encampação, mas apenas em rotineira adoção de nova nomenclatura.

Seria impossível supor, naquela época, que uma instituição, criada para aproveitar as vantagens que a legislação outorgava a iniciativas voltadas para o

crédito agrícola, se transformaria, em lapso de tempo relativamente discreto, numa das maiores instituições creditícias do País. Assinalemos alguns lances que dão a tônica de um desenvolvimento ímpar e de profundas repercussões na economia nacional. Ninguém ignora que o nosso País viveu, durante uma larga fase de sua existência, subordinado a uma realidade econômica fundada na monocultura do café. Pois bem, em 1929, mal iniciado em sua fase estrutural, o BANESPA vê-se em confronto com uma crise que ameaça todas as bases da economia nacional, determinando, no setor cafeeiro — certamente o mais atingido — o abandono das fazendas e o êxodo das populações rurais. Nessa conjuntura, comporta-se de modo tão eficiente, que não são poucos os que consideram a sua atuação como um marco decisivo no restabelecimento do equilíbrio das nossas fontes produtoras. Primordialmente dedicado à problemática agrícola, onde marcava profícua atuação nas operações de empréstimos hipotecários, rurais e urbanos, e de penhores, o Banco do Estado de São Paulo teve de dedicar-se, por força das necessidades públicas, a inúmeras outras atividades, ingressando nas áreas dos descontos, redescontos, câmbios etc. Para tanto, impunha-se o desmembramento de sua rede de atendimentos, através de uma política de descentralização que colocasse próximo às fontes interessadas os recursos de que dispunha. A guerra, em 1939, já encontra o BANESPA com 15 agências, sendo 2 na Capital e 12 no interior do Estado, além de uma em Campo Grande, Estado de Mato Grosso. Em pouco tempo, o surto de industrialização imposto pelo conflito mundial — em consequência dos impedimentos de importação de manufaturados — obrigou a ampliação da rede de agências, a qual passou para 47 unidades, distribuídas segundo as necessidades e demandas do desenvolvimento. Em 1947, dá-se a transferência da sua sede para o novo prédio da Praça Antônio Prado; obra magnífica, de avançada arquitetura, com seus 24 andares, a acolher os serviços administrativos já agora estruturados em moldes de alta complexidade técnica.

Nos anos seguintes, embora ainda marcado por crises que abalaram importantes setores de nossa economia, o BANESPA continuou seu crescente progredir, aumentando as suas reservas e o seu capital, sem, contudo, descurar de uma política de atendimento creditício que atingisse, cada vez mais, as camadas menos favorecidas das nossas populações rurais. Importantes empréstimos foram adjudicados à agricultura, à pecuária, à indústria e às obras públicas, com ênfase, quanto a estas últimas, nos setores de saneamento básico, pavimentação de estradas e construção de usinas hidrelétricas.

A ação progressista do BANESPA — diga-se ainda — não se fez sentir apenas no plano interno do Estado de São Paulo, nem ficou adstrita às fronteiras nacionais. Depois de instalar-se em todos os Estados da Federação, prestando a sua assistência vivificadora, o BANESPA transcende os limites da nacionalidade e funda um escritório em Nova Iorque. A essa iniciativa, sucedem-se as de instalação de agências em Londres, em Tóquio, em Los Angeles, em Frankfurt, transformando esse estabelecimento de crédito numa organização de expressão mundial. A incorporação do Banco Nacional da Lavoura e Comércio, do Banco Intercontinental do Brasil e das Empresas Emissor, entre elas, o tradicional Banco de São Paulo, amplia cada vez mais, em termos realmente pragmáticos, a grandiosa malha de órgãos vinculados ao BANESPA, formando um conglomerado financeiro de atuação diversificada, que envolve, já agora, uma Corretora, uma Seguradora, uma Financeira, uma Distri-

buidora de Títulos e Valores Mobiliários e uma de Turismo.

Sr. Presidente, no momento em que temos a honra e o privilégio de destacar a atuação desta notável instituição de crédito brasileiro — que é o Banco do Estado de São Paulo — não poderíamos, sem quebra de princípio de justiça e de profundo e devido reconhecimento, deixar de assinalar a eficiente, capaz e judiciosa atuação do Dr. Murilo Macedo, na condução dos destinos dessa extraordinária empresa. A escolha que o Governador Paulo Egydio fez na pessoa desse ilustre brasileiro não recaiu apenas num homem probo e inteligente, mas num técnico de formação profissional de alto nível, conforme atestam os cursos de pós-graduação que tem, além dos estágios de que participou no Chase Manhattan Bank, no City Bank e no Hanover Trust Bank. A sua administração oferece, ao lado de uma linha de sobriedade dignificante, característica de dinamismo invulgar, onde se cristalizam reformas estruturais e previsões que disciplinam o curso da administração em bases nacionais. Exemplo dessa orientação é a instituição do Orçamento Plurianual, instrumento objetivo e sistemático dos planejamentos essenciais. Outras grandes iniciativas do operoso Presidente Murilo Macedo podem ser encontradas na criação das Gerências Regionais, na implantação dos cursos preparatórios para o desempenho dessas importantes funções setoriais e na ação social desenvolvida no programa denominado "Garoto BANESPA" em que ao menor abandonado é proporcionada a oportunidade de um trabalho fecundo em paralelo com a profissionalização ministrada em cursos especializados.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente, sentimo-nos à vontade para enaltecer o valor do empreendimento representado pelo Banco do Estado de São Paulo, pois compreendemos, além de tudo, que estamos diante de uma grandiosidade que, cada vez mais, se afirmará no processo de desenvolvimento brasileiro, criando e distribuindo riqueza para todos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não há mais oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes 15 Srs. Senadores. Não há "quorum" para deliberação. Em consequência, as matérias constantes da pauta, todas em fase de votação, ficam adiadas para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente, designando para a próxima sessão a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 524, de 1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Azeredo da Silveira, publicado no Jornal do Brasil, edição de 5 de outubro de 1976.

2

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 531, de 1976, do Senhor Senador Otair Becker, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal,

do discurso pronunciado pelo Engenheiro Telmo Thompson Flores por ocasião da visita do Senhor Presidente da República ao Estado de Santa Catarina.

3

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1976, do Senhor Senador Franco Montoro, que Assegura Direitos dos Empregados no caso de Falência ou Concordata da Empresa, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 322 e 323, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça; e
- de Legislação Social.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 92, de 1965, do Senhor Senador José Esteves, que "dispõe sobre a transferência da Sede da Superintendência da Borracha para a cidade de Manaus", tendo

PARECERES, sob n.ºs 761 a 764, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Assuntos Regionais, favorável;
- de Economia, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senhores Senadores Saldanha Derzi, Ruy Santos e Heltor Dias.

5

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 125, de 1976, do Senhor Senador Osires Teixeira, que autoriza os Governos Estaduais a implantar Agências de Banco Oficial ou Caixa Econômica Estadual, nos termos que especifica, tendo

PARECER, sob n.º 807, de 1976, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 50 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE

N.º 16, de 1976

O Presidente do Senado Federal, usando das atribuições que lhe confere os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Deretora n.º 2, de 04 de abril de 1973.

Resolve aposentar, por invalidez, ANTONIO BORGES DA COSTA FILHO, Assistente Legislativo, Classe "C", Código SF-AL-012, Referência 41, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I e 102, inciso I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, inciso III, parágrafo 2.º, 404, item III, 359 e 392, parágrafo 4.º da Resolução n.º 58, de 1972, com vencimento integrais e a gratificação adicional a que faz jus.

Senado Federal, 3 de novembro de 1976. — José de Magalhães Pinto, Presidente.

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO
RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1976

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM nº 67, de 1976-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.478, de 26-8-76, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.376, de 12-12-74, relativos aos Fundos de Investimento do Nordeste, da Amazônia e Setoriais, e dá outras providências.	Pres. Sen. Agenor Maria V.Pres. Dep. Passos Porto Rel. Sen. Saldanha Derzi	até 9-10-76	Prazo prorrogado por 6 dias. A ser relatada em Plenário.
MENSAGEM nº 68, de 1976-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.479, de 31 de agosto de 1976, que acrescenta Artigo ao Decreto-lei nº 1.452, de 30-3-76, que concede incentivo para projetos prioritários para a economia nacional.	Pres. Sen. Ruy Carneiro V.Pres. Dep. Dasso Coimbra Rel. Sen. Augustô Franco	até 12-10-76	Relatada em 6-10-76 Parecer favorável Aprovado.
MENSAGEM nº 69, de 1976-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.480, de 9-9-76, que declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do parágrafo único do Art. 89 e Art. 15, § 1º, alínea "b" da Constituição, os Municípios de Fronteira Rica, Mirassol do Oeste, Eldorado e Mundo Novo, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.	Pres. Sen. Orestes Quêrcia V.Pres. Sen. Luiz Cavalcante Rel. Dep. Paulo Studart	até 13-10-76	Relatada em 7-10-76 Parecer favorável Aprovado.
MENSAGEM nº 70, de 1976-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.481, de 9-9-76, que declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do parágrafo único do Art. 89 e Art. 15, § 1º, alínea "b" da Constituição, os Municípios de Senador Guionard, Plácido de Castro, Mâncio Lima, Manoel Urbano e Assis Brasil, no Estado do Acre, e dá outras providências.	Pres. Sen. Ruy Carneiro V.Pres. Dep. Nélcio Campos Rel. Sen. Virgílio Távora	até 16-10-76	Relatada em 14-10-76 Parecer favorável Aprovado.
MENSAGEM nº 72, de 1976-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 1.483, de 6-10-76, que dispõe sobre a correção monetária do valor dos recursos florestais e dos direitos de sua exploração e dá outras providências.	Pres. Sen. Roberto Saturnino V.Pres. Sen. Augusto Franco Rel. Dep. Passos Porto	até 14-11-76	Instalada em 26-10-76

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI nº 12-76-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o montante de Cr\$ 10.861.800.000,00 para os fins que especifica.	Pres. Sen. Ruy Carneiro V.Pres. Sen. Saldanha Derzi Rel. Dep. João Clímaco	até 25-10-76	Instalada em 6-10-76 Relatada em 19-10-76 Parecer favorável Aprovado.
PROJETO DE LEI nº 13/76, que dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União e dá outras providências.	Pres. Dep. Nelson Maculan V.Pres. Dep. Altair Chagas Rel. Sen. José Sarney	até 13-11-76	Instalada em 25-10-76
PROJETO DE LEI nº 14/76, que reserva às empresas contratadas pela Itaipu Binacional o direito à exportação de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil e estabelece a possibilidade da imposição de restrições ao exercício da pesquisa e lavra das demais substâncias classificadas no Código de Mineração, na área que especifica.	Pres. Dep. Israel Dias Novas V.Pres. Dep. João Clímaco Rel. Sen. Virgílio Távora	até 20-11-76	Instalada em 29-10-76
PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA nº 1, de 1976, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de Lei criando o Ministério da Ciência e Tecnologia, e determinando outras providências.	Pres. Sen. Itamar Franco V.Pres. Sen. Arnon de Mello Rel. Dep. Parsifal Barroso		Relatada em 26-10-76 Parecer contrário Aprovado.
PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA nº 2, de 1976, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criar o Conselho de Defesa do Consumidor	Pres. Dep. Sebastião Rodrigues Junoir V.Pres. Dep. Dasso Coimbra Rel. Sen. Mendes Canale		
PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA nº 3, de 1976, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de Lei criando o Ministério dos Esportes e determinando outras providências.	Pres. Sen. Roberto Saturnino V.Pres. Sen. Saldanha Derzi Rel. Dep. Nélcio Mauro		Instalada em 13-10-76
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 28, de 1976, que introduz modificações na Constituição Federal, para o fim de criar a Justiça Agrária.	Pres. Dep. Fernando Coelho V.Pres. Dep. Darcílio Ayres Rel. Sen. Eurico Rezende	até 13-10-76	A ser relatada em Plenário.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

COMISSÕES INSTALADAS	05
REUNIÕES REALIZADAS	05
MEMBROS DAS COMISSÕES	220
PARCERES PROPORCIDOS	05
AVISOS ENCAMINHADOS AOS SRS. MEMBROS DAS COMISSÕES	234
ATAS PUBLICADAS	10

Senado Federal, em 03 de novembro de 1976

RUTH DE SOUZA CASTRO
Chefe de Serviço das Comissões Mistas,
Especiais e de Inquérito

As dezessete horas do dia dezoito de outubro de mil novecentos e setenta e seis, presentes os Srs. Senadores Teotônio Vilela — Vice-Presidente no exercício da Presidência, Daniel Krieger, Alexandre Costa, José Guilomard, Roberto Saturnino, Mauro Benevides, Virgílio Távora, José Sarney, Heitor Dias e Saldanha Derzi, reúne-se a Comissão de Finanças na Sala de Reuniões — atrás do Plenário.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Benedito Ferreira, Fausto Castelo Branco, Jessé Freire, Mattos Leão, Tarso Dutra, Henrique de La Rocque, Helvidio Nunes, Ruy Santos, Amaral Peixoto, Leite Chaves e Ruy Carneiro.

O Sr. Presidente, ao constatar a existência de número regimental, declara abertos os trabalhos da Comissão, após ter sido considerada aprovada a Ata da reunião anterior.

Da pauta, é relatada a seguinte matéria:

Pelo Sr. Senador Daniel Krieger

Parecer favorável à solicitação contida no Ofício N.º "S" — 13, de 1976, do Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), nos termos de Projeto de Resolução apresentado.

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é finalmente aprovado.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

As dezessete horas do dia vinte e um de outubro de mil novecentos e setenta e seis, presentes os Srs. Senadores Saldanha Derzi, Alexandre Costa, Mauro Benevides, Dirceu Cardoso, Ruy Carneiro, Heitor Dias, Jessé Freire, Cattete Pinheiro e Daniel Krieger, reúne-se a Comissão de Finanças na Sala de Reuniões — atrás do Plenário.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Benedito Ferreira, Fausto Castelo Branco, Virgílio Távora, Mattos Leão, Tarso Dutra, Henrique de La Rocque, Helvidio Nunes, Teotônio Vilela, Ruy Santos, Amaral Peixoto, Leite Chaves e Roberto Saturnino.

Nos termos do § 3.º do art. 93 do Regimento Interno, assume a Presidência o Sr. Senador Saldanha Derzi, que, ao constatar a existência de número regimental, declara abertos os trabalhos da Comissão, após ter sido considerada aprovada a Ata da reunião anterior.

Ao Projeto de Lei do Senado n.º 252, de 1976-DF, que "eleva em Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) o limite atribuído ao Governador do Distrito Federal para abertura de créditos suplementares", o Sr. Senador Alexandre Costa apresenta parecer pela aprovação.

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é finalmente aprovado.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

As dezessete horas do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e setenta e seis, presentes os Srs. Senadores Amaral Peixoto — Presidente, Teotônio Vilela, Mattos Leão, Jessé Freire, Itamar Franco, Benedito Ferreira, Saldanha Derzi, Cattete Pinheiro, José Guilomard, Dirceu Cardoso, Danton Jobim, Roberto Saturnino e Helvidio Nunes, reúne-se a Comissão de Finanças na Sala "Rui Barbosa".

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Alexandre Costa, Fausto Castelo Branco, Virgílio Távora, Tarso Dutra, Henrique de La Rocque, Ruy Santos, Mauro Benevides e Ruy Carneiro.

O Sr. Presidente, ao constatar a existência de número regimental, declara abertos os trabalhos da Comissão, após ter sido considerada aprovada a Ata da reunião anterior.

Aos Projetos de Lei da Câmara n.º 74, de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por ações" e de Lei do Senado n.º 162, de 1976, que "assegura aos empregados o direito de preferência para subscrever 20% dos aumentos de capital realizados por sociedades anônimas", o Sr. Senador Helvidio Nunes apresenta parecer favorável ao primeiro (PLC n.º 74, de 1976) com as alterações contidas nas Emendas n.ºs 1, 2 e 3-CF e pela prejudicialidade do último (PLS n.º 162, de 1976) que se encontra tramitando em conjunto.

O parecer, deixa de ser discutido e votado na presente reunião, em virtude de pedido de vista solicitado e concedido ao Sr. Senador Saldanha Derzi, razão pela qual o Sr. Presidente convoca uma próxima reunião para o dia seguinte, vinte e sete de outubro, à realizar-se na Sala "Clóvis Bevilacqua", às nove horas.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

As nove horas do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e setenta e seis, presentes os Srs. Senadores Amaral Peixoto — Presidente, Helvidio Nunes, Virgílio Távora, Saldanha Derzi, Heitor Dias, Itamar Franco, Roberto Saturnino, Henrique de La Rocque, Ruy Carneiro, Dirceu Cardoso, Mattos Leão, Jessé Freire, Cattete Pinheiro, José Guilomard e Teotônio Vilela, reúne-se a Comissão de Finanças na Sala "Clóvis Bevilacqua".

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Benedito Ferreira, Alexandre Costa, Fausto Castelo Branco, Tarso Dutra, Ruy Santos e Mauro Benevides.

O Sr. Presidente, ao constatar a existência de número regimental, declara abertos os trabalhos da Comissão, após ter sido considerada aprovada a Ata da reunião anterior.

Da pauta, é relatada a seguinte matéria:

Pelo Sr. Senador Helvidio Nunes

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 74, de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por

ações" com as alterações contidas nas Emendas n.ºs 1, 2 e 3-CF e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado n.º 162, de 1976, tramitando em conjunto e que "assegura aos empregados o direito de preferência para subscrever 20% dos aumentos de capital realizados por sociedades anônimas".

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

27.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1976

As dez horas e trinta minutos do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e setenta e seis, presentes os Srs. Senadores Ruy Santos, Heitor Dias, Ruy Carneiro, Henrique de La Rocque, Helvídio Nunes, Benedito Ferreira, Saldanha Derzi, Virgílio Távora e Itamar Franco, reúne-se a Comissão de Finanças na Sala "Rui Barbosa".

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Alexandre Costa, Fausto Castelo Branco, Jessé Freire, Virgílio Távora, Mattos Leão, Tarso Dutra, Teotônio Vilela, Amaral Peixoto, Mauro Benevides e Roberto Saturnino.

Nos termos do § 3.º do art. 93 do Regimento Interno, assume a Presidência o Sr. Senador Ruy Santos, que, ao constatar a existência de número regimental, declara abertos os trabalhos da Comissão, após ter sido considerada aprovada a Ata da reunião anterior.

Da pauta, são relatadas as seguintes matérias:

Pelo Sr. Senador Heitor Dias

Parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1976, que "autoriza a doação à Universidade Federal da Bahia do imóvel que menciona, situado na cidade de Salvador, Estado da Bahia".

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Pelo Sr. Senador Saldanha Derzi

Parecer pela aprovação do Projeto de Resolução n.º 101, de 1976, que "estabelece alíquotas máximas no imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias".

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Pelo Sr. Senador Benedito Ferreira

Parecer pela rejeição do Projeto de Lei do Senado n.º 82, de 1975, que "determina que metade do montante das subvenções ordinárias recebidas pelos estabelecimentos de ensino deverá ser obrigatoriamente restituída sob a forma de bolsas de estudo".

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é rejeitado.

Logo após, o Sr. Presidente designa o Sr. Senador Heitor Dias para relatar o vencido. Em votação, é aprovada o parecer do Sr. Senador Heitor Dias, pela aprovação do Projeto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

8.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1976

As nove horas do dia vinte e um de outubro do ano de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Rui Barbosa", presentes os Srs. Senadores Heitor Dias — Presidente, Renato Franco, Henrique de La Rocque, Saldanha Derzi, Helvídio Nunes, Otair Becker, Adalberto Sena, Ruy Carneiro e Lázaro Barboza, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Eurico Rezende e Osires Teixeira.

Verificada a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Constantes da pauta, são relatadas as seguintes partes do Projeto de Lei do Senado n.º 212, de 1976-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1977".

Pelo Sr. Senador Saldanha Derzi

Parecer pela aprovação das partes referentes ao Gabinete do Governador e a Procuradoria Geral.

Pelo Sr. Senador Helvídio Nunes

Parecer pela aprovação das partes relativas à Secretaria de Governo e à Secretaria de Administração.

Pelo Sr. Senador Renato Franco

Parecer pela aprovação da parte concernente à Secretaria de Finanças.

Pelo Sr. Senador Adalberto Sena

Parecer pela aprovação da parte atinente à Secretaria de Educação e Cultura.

Pelo Sr. Senador Henrique de La Rocque

Parecer pela aprovação das partes relativas à Secretaria de Saúde e à Secretaria de Serviços Sociais.

Pelo Sr. Senador Lázaro Barboza

Parecer pela aprovação das partes referentes à Secretaria de Agricultura e Produção e à Secretaria de Segurança Pública.

Pelo Sr. Senador Otair Becker

Parecer pela aprovação das partes relativas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, Receita e Texto da Lei.

Colocados em discussão e votação, são os pareceres aprovados, sem restrições.

Em seguida, o Sr. Senador Heitor Dias passa a Presidência ao Sr. Senador Adalberto Sena — conforme preceitua o parágrafo único do art. 94 do Regimento Interno — a fim de relatar favoravelmente as partes referentes à Secretaria de Viação e Obras e à Secretaria de Serviços Públicos, bem como o Projeto de Lei do Senado n.º 252, de 1976-DF, que "eleva em Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) o limite atribuído ao Governador do Distrito Federal para abertura de créditos suplementares".

Submetidos à discussão e votação, são os pareceres aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Ronaldo Pacheco, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

**13.ª REUNIAO, REALIZADA EM
27 DE OUTUBRO DE 1976**

Extraordinária

As dezessets horas do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Clóvis Beviláqua", sob a presidência do Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente, e a presença dos Srs. Senadores Domicio Gondim, Henrique de La Rocque, Franco Montoro, Lázaro Barboza, Jarbas Passarinho e Jessé Freire, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Legislação Social.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Mendes Canale.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres:

Pelo Senador Henrique de La Rocque

Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado n.º 110, de 1976, que "revoga o art. 357 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, (Consolidação das Leis do Trabalho)", tendo voto vencido do Sr. Senador Franco Montoro.

Pelo Senador Lázaro Barboza

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 193, de 1976, que "introduz alteração na Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975, que "estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária etc".

Pelo Senador Jarbas Passarinho

Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado n.º 274, de 1975, que acrescenta dispositivo à Lei n.º 4.749, de 12 de agosto de 1965, que "dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei n.º 4.090, de 13 de julho de 1962";

Parecer favorável, na forma da Emenda n.º 1-CLS (Substitutivo) que oferece ao Projeto de Lei do Senado n.º 46, de 1976, que "reformula critérios de reajustamento coletivo de salários das categorias profissionais e dá outras providências"; e,

Parecer favorável, com a Emenda n.º 1-CLS que oferece ao Projeto de Lei do Senado n.º 73, de 1976, que "estabelece prioridade na concessão de prestações aos cegos".

Pelo Senador Domicio Gondim

Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado n.º 99, de 1976 — Complementar, que "inclui os viajantes comerciais autônomos entre os beneficiários do Programa de Integração Social (PIS), e dá outras providências", tendo voto vencido do Senador Franco Montoro.

Pelo Senador Franco Montoro

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 56, de 1976, que "altera o parágrafo único do artigo 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943".

A Comissão rejeitou o parecer favorável do Relator, Senador Franco Montoro, ao Projeto de Lei do Senado n.º 161, de 1976, que "concede ao trabalhador um dia útil de folga, por mês, para tratar de interesses particulares", tendo sido designado relator do vencido o Sr. Senador Domicio Gondim, que apresentou parecer contrário ao referido projeto, sendo o mesmo aprovado, com voto vencido do Senador Franco Montoro.

A pedido do Relator, Senador Jarbas Passarinho, foi retirado da pauta, para posterior apreciação, o

Projeto de Lei do Senado n.º 123, de 1976, que "concede a Gratificação de Natal aos Vendedores Autônomos, e dá outras providências".

O Sr. Presidente concedeu vista dos seguintes projetos: ao Sr. Senador Jarbas Passarinho, o Projeto de Lei do Senado n.º 101, de 1976, que "dá nova redação ao artigo 473 e seus incisos I e II do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)"; e, ao Sr. Senador Domicio Gondim, o Projeto de Lei do Senado n.º 160, de 1976, que "dá nova redação ao parágrafo único do artigo 133 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e dá outras providências".

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA

**32.ª REUNIAO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO
DE 1976**

Extraordinária

As dezessets horas do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Rui Barbosa", sob a presidência do Sr. Senador Renato Franco, Presidente em exercício, e a presença dos Srs. Senadores Benedito Ferreira, Augusto Franco, Arnon de Mello, Paulo Guerra, Jarbas Passarinho, Luiz Cavalcante, Roberto Saturnino, Franco Montoro e Jessé Freire, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Cabral, Vasconcelos Torres e Orestes Quêrcia.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Jessé Freire, para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 74, de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações; e, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 162, de 1976, que assegura aos empregados o direito de preferência para subscrever 20% dos aumentos de capital realizados por sociedades anônimas, que tramitam em conjunto.

Em seguida, a Comissão aprova proposta do Sr. Senador Jarbas Passarinho, para que o Relator faça a leitura somente das partes essenciais do seu Relatório, ficando, portanto, dispensado da análise pormenorizada de todas as sugestões que lhe foram encaminhadas pelos Srs. Senadores e órgãos de classe.

Cumprindo a deliberação da Comissão, o Sr. Senador Jessé Freire apresenta o seu parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 74, de 1976, com as Emendas de n.ºs 1 a 28-CE que oferece, e pronuncia-se pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado n.º 162/76, que lhe foi anexado.

A discussão e votação da matéria, por proposta do Sr. Senador Jarbas Passarinho, ficam adiadas para a próxima reunião, a realizar-se na mesma sala, às 10:00 horas do dia 27 de outubro de 1976.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

**33.ª REUNIAO, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO
DE 1976**

As dez horas do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e setenta e seis, na Sala Rui Barbo-

sa", sob a Presidência do Sr. Senador Renato Franco, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, e, eventualmente, do Sr. Senador Augusto Franco, presentes os Srs. Senadores Roberto Saturnino, Jessé Freire, Helvídio Nunes, Franco Montoro, Cattete Pinheiro, Vasconcelos Torres, Jarbas Passarinho, Paulo Guerra, Luiz Cavalcante e Arnon de Mello, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Cabral e Orestes Quércia.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres:

Pelo Senador Jarbas Passarinho

Parecer pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado n.º 240, de 1975, que dá nova redação ao artigo 173, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, que "dispõe sobre as sociedades por ações".

Pelo Senador Roberto Saturnino

Parecer favorável, com as Emendas de n.ºs 1 e 2-CCJ, ao Projeto de Lei do Senado n.º 219, de 1976, que "regula o reajuste de aluguéis de imóveis urbanos, e dá outras providências".

Pelo Senador Jessé Freire

Parecer favorável, com as Emendas de n.ºs 1 a 28-CE, que oferece ao Projeto de Lei da Câmara n.º 74, de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por ações"; e, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado n.º 162, de 1976, que "assegura aos empregados o direito de preferência para subscrever 20% dos aumentos de capital realizados por sociedades anônimas", que tramitam em conjunto, tendo voto vencido do Senador Roberto Saturnino.

Com a palavra, o Sr. Senador Roberto Saturnino apresenta voto contrário ao Projeto de Lei do Senado n.º 275, de 1975, que "dispõe sobre a participação de empresas brasileiras nos contratos de serviços com cláusula de risco, firmados por companhias estatais". A Comissão aprova o parecer favorável do Relator, Senador Jarbas Passarinho, com voto vencido, em separado, do Senador Roberto Saturnino.

Ao Sr. Senador Jessé Freire o Sr. Presidente passa a palavra, o qual apresenta voto contrário ao Projeto de Lei do Senado n.º 224, de 1975, que dispõe sobre fixação dos limites de prazos e juros nas vendas a crédito, e dá outras providências. A Comissão aprova o voto do Sr. Senador Jessé Freire, que passa a ser o parecer, contrário ao projeto; e rejeita o do Relator, Senador Roberto Saturnino, favorável, na forma da Emenda n.º 1-CE (Substitutivo) que oferece, passando o mesmo a voto vencido, em separado.

Ainda com a palavra, o Sr. Senador Jessé Freire apresenta voto contrário ao Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 1976, que "torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências". A Comissão aprova o parecer favorável do Relator, Senador Renato Franco, tendo voto vencido, em separado, do Senador Jessé Freire, contrário ao Projeto, e voto em separado do Senador Roberto Saturnino, favorável, na forma da Emenda n.º 1-CE (Substitutivo) que oferece.

A seguir, o Sr. Presidente concede vista do Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 1976, que "dispõe sobre a uniformização do salário mínimo em todo o País", ao Sr. Senador Arnon de Mello.

Por solicitação do Relator, Senador Franco Montoro, é adiada a apreciação ao parecer sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 128, de 1975, que fixa prazo para

expedição de normas disciplinadoras e tarifas de que trata a Lei n.º 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

20.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1976

Extraordinária

As quinze horas e trinta minutos do ano de mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reuniões do Plenário, sob a Presidência do Sr. Senador Henrique de La Rocque, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e a presença dos Srs. Senadores João Calmon, Otto Lehmann, Gustavo Capanema e Ruy Santos, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Tarso Dutra — Presidente, Mendes Canale, Paulo Brossard, Adalberto Sena, Evelásio Vieira, Arnon de Mello, Helvídio Nunes, José Sarney, Franco Montoro e Itamar Franco.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Constatada a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e concede a palavra ao Sr. Senador João Calmon que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1976, que "autoriza a doação à Universidade Federal da Bahia do imóvel que menciona, situado na cidade de Salvador, Estado da Bahia".

Em discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

23.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1976

As dez horas e trinta minutos do dia catorze de outubro de mil novecentos e setenta e seis, na Sala Rui Barbosa, presentes os Senhores Senadores Virgílio Távora, Mauro Benevides, Paulo Brossard, Itamar Franco, Cattete Pinheiro, Arnon de Mello, Danton Jobim e Petrólio Portella, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Daniel Krieger, Luiz Viana, Saldanha Derzi, Jessé Freire, José Sarney, João Calmon, Augusto Franco, Gilvan Rocha e Leite Chaves.

Ao constatar a existência de "quorum" regimental, o Senhor Senador Virgílio Távora 2.º-Vice-Presidente no exercício da Presidência, declara abertos os trabalhos.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Mauro Benevides, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 36/76, que "aprova o texto da Convenção Internacional de Telecomunicações, assinado pelo Brasil em Málaga-Torremolinos, em 1973".

O parecer proferido, após colocado em discussão e submetido à votação, é considerado aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cândido Hipperdt, Assistente da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

24.^a REUNIAO, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1976

As dez horas e trinta minutos do dia vinte de outubro de mil novecentos e setenta e seis, na Sala Ruy Barbosa, presentes os Senhores Senadores Daniel Krieger — Presidente, Itamar Franco, Cattete Pinheiro, Mendes Canale, Saldanha Derzi, Mauro Benevides, Petrólio Portella e Arnon de Mello, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Luiz Viana, Virgílio Távora, Jessé Freire, José Sarney, João Calmon, Augusto Franco, Danton Jobim, Gilvan Rocha e Leite Chaves.

Ao constatar a existência de "quorum" regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, sendo, na oportunidade, lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Itamar Franco, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 37/76, que "aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo, concluído entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, em Brasília, a 6 de julho de 1976".

O parecer emitido, após discutido e colocado em votação, é considerado aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cândido Hipperdt, Assistente da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de Estudo e Parecer sobre o Projeto de Lei Orçamentária n.º 11, de 1976 (CN) — Mensagem n.º 65, de 1976 — que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1977.

3.^a REUNIAO, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 1976

As dezesseis horas do dia seis de outubro de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos — Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Alexandre Costa, Cattete Pinheiro, Eurico Rezende, Heitor Dias, Helvídio Nunes, Luiz Cavalcante, Mendes Canale, Otair Becker, Paulo Guerra, Virgílio Távora, Amaral Peixoto, Dirceu Cardoso, Mauro Benevides, Lázaro Barboza, Ruy Santos e Benjamim Farah e Deputados Furtado Leite — Presidente, José Machado, Theódulo de Albuquerque, Teotônio Neto, Passos Porto, Gonzaga Vasconcelos, Dasso Coimbra, Oswaldo Zanello, Jairo Brum, Renato Azeredo, Wilson Braga, Josias Leite, Jorge Arbage, Nôide Cerqueira, Minoru Miyamoto, Dlogo Nomura, Jutahy Magalhães, Norton Macedo, Cunha Bueno, Joel Ferreira, Nunes Leal, Eurico Ribeiro, Frederico Brandão, Abel Ávila, Júlio Viveiros, Fernando Gonçalves e Vasco Neto, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei Orçamentária n.º 11, de 1976 (CN) — Mensagem n.º 65, de 1976 — que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1977".

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente, Deputado Furtado Leite, declara

abertos os trabalhos da Comissão, após ter sido dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, imediatamente, é considerada aprovada.

Logo após, o Sr. Presidente comunica que a presente reunião se destina à apreciação de pareceres a serem proferidos pelos Srs. Relatores dos Anexos do Projeto de Lei Orçamentária.

Da pauta, são relatados os seguintes Subanexos do Projeto de Lei n.º 11, de 1976, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1977":

Pelo Sr. Senador Mendes Canale

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Subanexo Ministério das Relações Exteriores.

Pelo Sr. Senador Helvídio Nunes

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Poder Judiciário com a alteração contida na Emenda n.º 1 e pela rejeição da Emenda n.º 2.

Pelo Sr. Senador Alexandre Costa

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério da Indústria e Comércio com a alteração contida na Emenda n.º 1-R e pela rejeição das demais Emendas.

Pelo Sr. Senador Cattete Pinheiro

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Senado Federal com a alteração contida na Emenda n.º 1-R.

Pelo Sr. Senador Dirceu Cardoso

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério da Marinha.

Pelo Sr. Senador Otair Becker

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Tribunal de Contas.

Pelo Sr. Senador Luiz Cavalcante

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério do Interior — Entidades Supervisionadas: SUDAM e SUFRAMA.

Pelo Sr. Senador Heitor Dias

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Poder Executivo — Encargos Gerais da União, Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários com a alteração contida na Emenda n.º 1-R e pela rejeição das Emendas oferecidas ao Projeto.

Pelo Sr. Deputado Wilson Braga

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério do Trabalho.

Pelo Sr. Deputado Júlio Viveiros

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa à Câmara dos Deputados.

Pelo Sr. Deputado Vasco Neto

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério das Minas e Energia e pela rejeição das Emendas apresentadas de n.ºs 1 a 5.

Pelo Sr. Deputado Theódulo de Albuquerque

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério da Saúde e pela rejeição das Emendas de n.ºs 1 a 44.

Pelo Sr. Deputado José Machado

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano.

Pelo Sr. Deputado Passos Porto

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério da Previdência e Assistência Social e pela rejeição das Emendas n.ºs 1 a 5.

Pelo Sr. Deputado Jairo Brum

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento e pela rejeição das Emendas oferecidas de n.ºs 1 a 24.

Pelo Sr. Deputado Oswaldo Zanello

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério da Agricultura — Gabinete do Ministro e pela rejeição das Emendas oferecidas de n.ºs 1 a 44 e 47 a 61.

Os pareceres relacionados, após terem sido submetidos à discussão e votação, são aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e, para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

4.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 1976

As dezesseis horas do dia sete de outubro de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos — Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Alexandre Costa, Cattete Pinheiro, Eurico Rezende, Heitor Dias, Helvídio Nunes, Luiz Cavalcante, Mendes Canale, Otair Becker, Paulo Guerra, Virgílio Távora, Amaral Peixoto, Dirceu Cardoso, Mauro Benevides, Lázaro Barbosa, Ruy Santos e Benjamin Farah e Deputados Furtado Leite — Presidente, José Machado, Theodulo de Albuquerque, Teotônio Neto, Passos Porto, Gonzaga Vasconcelos, Daso Coimbra, Oswaldo Zanello, Jairo Brum, Renato Azeredo, Willson Braga, Josias Leite, Jorge Arbage, Noide Cerqueira, Minoru Miyamoto, Diogo Nomura, Jutahy Magalhães, Norton Macedo, Cunha Bueno, Joel Ferreira, Nunes Leal, Eurico Ribeiro, Frederico Brandão, Abel Ávila, Júlio Viveiros, Fernando Gonçalves e Vasco Neto, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei Orçamentária n.º 11, de 1976 (CN) — Mensagem n.º 65, de 1976 —, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1977”.

Ao constatar a existência de número regimental o Sr. Presidente — Deputado Furtado Leite, declara aberto os trabalhos da Comissão, após ter sido dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, imediatamente é considerada aprovada.

Logo após, o Sr. Presidente comunica que a presente reunião se destina à apreciação de pareceres a serem proferidos pelos Srs. Relatores dos Anexos do Projeto de Lei Orçamentária.

Da pauta, são relatados os seguintes Subanexos do Projeto de Lei n.º 11, de 1976, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1977”:

Pelo Sr. Deputado Joel Ferreira

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa à Presidência da República.

Pelo Sr. Deputado Jorge Arbage

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério da Justiça.

Pelo Sr. Deputado Benjamin Farah

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério da Aeronáutica.

Pelo Sr. Senador Mauro Benevides

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério do Interior — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

Pelo Sr. Senador Dirceu Cardoso

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério do Interior — Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL.

Pelo Sr. Senador Eurico Rezende

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério do Interior — DNOS e DNOCS, este com as alterações contidas nas Emendas n.ºs 1 e 2.

Os pareceres relacionados, após terem sido submetidos à discussão e votação, são aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e, para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

5.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1976

As dezesseis horas do dia treze de outubro de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos — Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Alexandre Costa, Cattete Pinheiro, Eurico Rezende, Heitor Dias, Helvídio Nunes, Luiz Cavalcante, Mendes Canale, Otair Becker, Paulo Guerra, Virgílio Távora, Amaral Peixoto, Dirceu Cardoso, Mauro Benevides, Lázaro Barbosa, Ruy Santos e Benjamin Farah e Deputados Furtado Leite — Presidente, José Machado, Theodulo de Albuquerque, Teotônio Neto, Passos Porto, Gonzaga Vasconcelos, Daso Coimbra, Oswaldo Zanello, Jairo Brum, Renato Azeredo, Willson Braga, Josias Leite, Jorge Arbage, Noide Cerqueira, Minoru Miyamoto, Diogo Nomura, Jutahy Magalhães, Norton Macedo, Cunha Bueno, Joel Ferreira, Nunes Leal, Eurico Ribeiro, Frederico Brandão, Abel Ávila, Júlio Viveiros, Fernando Gonçalves e Vasco Neto, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei Orçamentária n.º 11, de 1976 (CN) — Mensagem n.º 65, de 1976 (CN) — que “Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1977”.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente — Deputado Furtado Leite, declara aberto os trabalhos da Comissão, após ter sido dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, imediatamente é considerada aprovada.

Logo após, o Sr. Presidente comunica que a presente reunião se destina à apreciação de pareceres a serem proferidos pelos Srs. Relatores dos Anexos do Projeto de Lei Orçamentária.

Da pauta, são relatados os seguintes Subanexos do Projeto de Lei n.º 11, de 1976, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 1977”:

Pelo Sr. Senador Lázaro Barbosa

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério do Interior — Parte Geral — Entidades Supervisionadas — FUNAI, SUDECO e TERRITÓRIOS e pela rejeição das Emendas oferecidas.

Pelo Sr. Senador Paulo Guerra

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério dos Transportes — Rede Ferroviária Federal S/A e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e pela rejeição das Emendas apresentadas.

Pelo Sr. Deputado Jutahy Magalhães

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério da Agricultura — Departamento de Administração e pela rejeição das Emendas oferecidas de n.ºs 45, 46, 62 e 64.

Pelo Sr. Deputado Renato Azeredo

Parecer pela aprovação do Projeto de Lei n.º 11, de 1976 (CN), na parte relativa ao Ministério da Fazenda.

Pelo Sr. Deputado Fernando Gonçalves

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa à Receita e Texto da Lei.

Pelo Sr. Deputado Daso Coimbra

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério da Educação e Cultura — Unidades 1.501 a 1.515 com a alteração contida na Emenda do Relator e pela rejeição das Emendas oferecidas.

Pelo Sr. Deputado Cunha Bueno

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério das Comunicações e pela rejeição das Emendas oferecidas.

Pelo Sr. Deputado Nunes Leal

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério do Exército e pela rejeição da Emenda n.º 1.

Pelo Sr. Deputado Diogo Nomura

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério da Educação e Cultura — Unidades 1.516 a 1.537 e pela rejeição das Emendas apresentadas.

Pelo Sr. Senador Virgílio Távora

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa ao Ministério dos Transportes (Parte Geral, SUNAMAM, PORTOBRAS) e pela rejeição das Emendas apresentadas, de n.ºs 1 a 7.

Pelo Sr. Deputado Eurico Ribeiro

Parecer pela aprovação do Projeto na parte relativa a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios com a alteração contida na Emenda do Relator.

Os pareceres relacionados, após terem sido submetidos à discussão e votação, são aprovados.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião, e, para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. presidente e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 12, de 1976 (CN) que "autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o montante de Cr\$ 10.861.800.000,00 (Dez bilhões, oitocentos e sessenta e um milhões e oitocentos mil cruzeiros), para os fins que especifica".

2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1976

As dezessete horas do dia dezenove de outubro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Alexandre Costa, Mendes Canale, Renato Franco, Virgílio Távora, Cattete Pinheiro, Gustavo Capanema, Heltor Dias, Saldanha Derzi, Ruy Carneiro e Mauro Beneditos e os Srs. Deputados Inocêncio Oliveira, João Climaco, Antônio Ferreira, Nasser Almeida, Siqueira

Campos e Darcílio Ayres, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 12, de 1976 (CN), que "autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o montante de Cr\$ 10.861.800.000,00 (Dez bilhões, oitocentos e sessenta e um milhões e oitocentos mil cruzeiros), para os fins que especifica".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senador Danton Jobim e Deputados João Gilberto, Walmor de Luca, Walber Guimarães e Henrique Cardoso.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que em seguida, é dada como aprovada.

Inicialmente o Sr. Presidente, Senador Ruy Carneiro, comunica aos demais membros da Comissão, através de Ofícios da Liderança da ARENA no Senado Federal, a indicação dos Srs. Senadores Alexandre Costa, Mendes Canale, Renato Franco, Cattete Pinheiro e Gustavo Capanema, em substituição aos Srs. Senadores Henrique de La Rocque, Fausto Catelobranco, Helvídio Nunes, Teotônio Vilela e Ruy Santos, respectivamente, para integrarem a Comissão Mista e através de Ofício da Liderança da ARENA na Câmara dos Deputados a indicação dos Srs. Deputados Inocêncio Oliveira, João Climaco, Antônio Ferreira, Nasser Almeida e Darcílio Ayres para integrarem a Comissão, em substituição aos Srs. Deputados Daso Coimbra, Alexandre Machado, Lygia Lessa Bastos, Wilson Braga e Antônio Gomes, respectivamente.

Em virtude do não comparecimento do Sr. Relator, Deputado Antônio Gomes, o Sr. Presidente designa o Sr. Deputado João Climaco para relatar a matéria.

Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado João Climaco, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 12, de 1976 (CN).

Em discussão e votação, é aprovado o parecer por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 13, de 1976 (CN), que "dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da união, e dá outras providências".

1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1976

As dezessete horas do dia vinte e cinco de outubro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 13, de 1976 (CN), que "dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União, e dá outras providências", presentes os Senhores Senadores Renato Franco, José Sarney, Paulo Guerra, Gustavo Capanema, Itálio Coelho, Mendes Canale, Otair Becker, Ruy Carneiro e Itamar Franco e os Deputados Daso Coimbra, Jorge Arbage, João Climaco e Altair Chagas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aldevir Leal e Agenor Maria e os Deputados Carlos Alberto Oliveira, Adhemar Pereira, José Mandelli, Henrique Cardoso, Juarez Batista, Nelson Maculan e Juarez Bernardes.

De acordo com o Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Renato Franco, que declara instalada a Comissão.

A fim de dar cumprimento ao Registro Comum, o Senhor Presidente eventual, esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. As cédulas são distribuídas e o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Otair Becker.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Deputado Nelson Maculan 13 votos

Para Vice-Presidente

Deputado Altair Chagas 12 votos

Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Nelson Maculan e Altair Chagas.

Assumindo a Presidência o Senhor Vice-Presidente eleito, Deputado Altair Chagas, agradece em nome do Presidente eleito, Deputado Nelson Maculan e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos, e designa o Senhor Senador José Sarney para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e demais Membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 72, de 1976 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.483, de 6 de outubro de 1976, que "dispõe sobre a correção monetária do valor dos recursos florestais e dos direitos de sua exploração, e dá outras providências".

1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1976

As dezessete horas do dia vinte e seis de outubro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Jessé Freire, Jarbas Passarinho, Paulo Guerra, Augusto Franco, Cattete Pinheiro, Saldanha Derzi, Roberto Saturnino, Nelson Carneiro e Agenor Maria e os Deputados João Climaco e Passos Porto, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 72, de 1976, que "dispõe sobre a correção monetária do valor dos recursos florestais e dos direitos de sua exploração, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Ruy Santos e os Deputados Carlos Alberto de Oliveira, Dib Cherem, Henrique Pretti, Cid Furtado, Fernando Coelho, Nelson Maculan, Antônio Bresolin, Pacheco Chaves e Francisco Libardoni.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado João Climaco.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Roberto Saturnino 11 votos

Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente

Senador Augusto Franco 11 votos

Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Roberto Saturnino e Augusto Franco.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Roberto Saturnino, agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a Matéria o Senhor Deputado Passos Porto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a proposta de Delegação Legislativa N.º 1, de 1976, que "propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, criando o Ministério da Ciência e Tecnologia e determinando outras providências".

2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1976

As dez horas do dia vinte e oito de outubro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, presentes os Srs. Senadores Virgílio Távora, Luiz Cavalcante, Augusto Franco, João Calmon, Itálvio Coelho, Roberto Saturnino, Itamar Franco e Deputados Daso Coimbra, Parsifal Barroso, Darcílio Ayres, Hélio Campos, Jorge Arbage e Hélio de Almeida, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Delegação Legislativa n.º 1, de 1976, que "propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério da Ciência e Tecnologia e determinando outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Jarbas Passarinho, Domicio Gondim, Arnor de Mello, Gilvan Rocha e Deputados Altair Chagas, Jorge Uequed, Brígido Tinoco, Octacílio Queiroz e Silvio Abreu Júnior.

Dando início aos trabalhos o Sr. Presidente, Senador Itamar Franco, comunica haver recebido ofício da Liderança da ARENA na Câmara dos Deputados, indicando os Srs. Deputados Daso Coimbra, Darcílio Ayres, Hélio Campos e Jorge Arbage, para integrarem a Comissão em substituição aos Srs. Deputados Flávio Glovine, Jarmund Nasser, Raul Bernardo e Ari Kffuri, respectivamente.

Em seguida, é proposta a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores que, logo após, são dadas como aprovadas.

Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Relator, Deputado Parsifal Barroso, que emite parecer contrário à Proposta de Delegação Legislativa n.º 1, de 1976. Posto em discussão, fazem uso da palavra os Srs. Deputados Hélio de Almeida e Jorge Arbage.

Em votação o parecer, é o mesmo aprovado com voto vencido dos Srs. Senador Roberto Saturnino e Deputado Hélio de Almeida.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Alfeu de Oliveira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, e demais membros da Comissão e vai à publicação.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamin Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:
Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Paulo Guerra
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carneiro

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA—(CA)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálvio Coelho
5. Mendes Canale

ARENA**Suplentes**

1. Altevir Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

1. Adalberto Sena
2. Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 706
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS—(CAR)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Renato Franco
5. José Esteves

ARENA**Suplentes**

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Benedito Ferreira

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Carneiro

1. Evelásio Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA—(CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvídio Nunes
5. Itálvio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Henrique de La Rocque

ARENA**Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Otto Lehmann
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Buena Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL—(CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barbosa
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA—(CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Milton Cabral
2. Vascelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quéricia
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA—(CEC)

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Ruy Santos

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS—(CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

1. Daniel Krieger
2. José Gulomard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL—(CLS)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares**ARENA**

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA—(CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares**ARENA**

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

Suplentes

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE REDAÇÃO—(CR)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**ARENA**

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quércia

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmem Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES—(CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

1º-Vice-Presidente: Luiz Viana

2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares**ARENA**

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Patrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

Suplentes

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hiperti — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE—(CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares**ARENA**

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

1. Evandro Carneiro
2. Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

ARENA

Suplentes

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

1. Jorbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL—(CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Otto Lehmann

Titulares

ARENA

Suplentes

1. Augusto Franco
2. Otto Lehmann
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Sonia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS—(CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

ARENA

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

1. Otto Lehmann
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cláudio Carlos R. Costa — Ramal 301

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:30 horas

Local: Sala "Clávis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Harolda Pereira Fernandes — Ramal 674;
Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;
Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

PARA O ANO DE 1976

HORAS	TERÇA	SALA	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTES
10:00	C.A.R.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal — 623	LÊDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTES				
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal — 623	MARIA HELENA	10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal — 623	CLEIDE
	C.E.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	DANIEL		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	SONIA
10:30	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	CÂNDIDO	10:30	C.F.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	MARCUS VINICIUS
11:30	C.A.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	MARCUS VINICIUS		C.M.E.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal — 623	RONALDO
	C.R.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal — 623	MARIA CARMEM	11:00	C.I.S.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal — 623	DANIEL
12:00	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	LÊDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	LÊDA
				11:30	C.T.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	CLÁUDIO COSTA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

2ª Edição Revista e Atualizada — 1975
VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00

CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, e nº 5, de 28 de junho de 1975.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

PREÇO: Cr\$ 35,00

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal**

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto do uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

REGISTROS PÚBLICOS

nova lei anotada

— Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;

— Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

"Revista de Informação Legislativa" nº 46

328 páginas

PREÇO: Cr\$ 30,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

CÓDIGO PENAL MILITAR

Quadro Comparativo

— Decreto-Lei nº 1.001/69

— Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

"Revista de Informação Legislativa" nº 26 — 439 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL.

ou pelo sistema de Reembolso Postal

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

- nº 1, de 1969,**
- nº 2, de 1972,**
- nº 3, de 1972,**
- nº 4, de 1975,**
- nº 5, de 1975, e**
- nº 6, de 1976.**

EDIÇÃO 1976

(formato bolso)

130 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO
NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF.
ALFREDO BUZARD;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de
dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterado pela Lei nº 5.925/73.**

PREÇO: Cr\$ 70,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília - DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50